

# **A avaliação e certificação de manuais escolares em Portugal: um contributo para a excelência<sup>1</sup>**

## ***Textbook Evaluation and Certification in Portugal: a Contribution to Excellence***

**Belmiro Rego**

CI&DETS (Instituto Politécnico de Viseu - ESEV)

Professor Coordenador

brego@esev.ipv.pt

**Cristina Azevedo Gomes**

CI&DETS (Instituto Politécnico de Viseu - ESEV)

Professor Coordenador

mcagomes@esev.ipv.pt

**João Paulo Balula**

CI&DETS (Instituto Politécnico de Viseu - ESEV)

Professor Adjunto

jpbalula@esev.ipv.pt

### **1 - Introdução**

A primeira década do século XXI tem vindo a confirmar a complexidade dos desafios associados à massificação do ensino num contexto de acelerada mudança e de contínua incerteza. As mais diversas instituições (imprensa, televisão, personalidades públicas ligadas ao mundo empresarial, etc.) passaram a protagonizar o debate acerca da educação e a centrar grande interesse nas questões educativas.

Um dos maiores desafios da sociedade, em geral, e da Escola, em particular corresponde à necessidade de assegurar a qualidade do sistema educativo, quando os recursos económicos se tornam escassos, o público é cada vez mais heterogéneo e em que há um aumento das expectativas relativamente ao contributo da Escola para o desenvolvimento da sociedade.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para o XI Congresso da AEPEC que decorreu de 16 a 18 de Setembro de 2010 na Universidade de Évora.

Acentuou-se também, nos últimos tempos, a rápida difusão de novos meios de comunicação, tendo-se destacado uma alteração considerável relativamente ao papel da imagem. A televisão passou a disputar o lugar de principal centro de interesse e a ocupar a maior parte do tempo das crianças e dos jovens. A formação do cidadão e a socialização para a vida pública, tradicionalmente vinculada à aprendizagem da leitura e da escrita, passou a exigir também saber usar os diversos meios de comunicação “para evitar que a imagem nos manipule, o que abre a porta a toda uma linha de acção educativa baseada na formação para o uso crítico desses meios” (Tedesco, 2000, p. 77).

A necessidade de dar resposta à educação para todos acentuou as responsabilidades dos políticos, dos professores e dos investigadores relativamente à garantia de um sistema orientado para a excelência. O papel da escola na emergente sociedade do conhecimento tornou-se um aspecto central nas sociedades democráticas.

Uma das áreas que pode contribuir significativamente para alcançar a excelência é a da concepção e da produção de recursos didácticos. Do conjunto dos recursos didácticos, pretendemos destacar os manuais escolares que têm assumido um papel tão importante quanto polémico. O manual escolar é o primeiro recurso educativo que, numa sociedade com o ideal de disponibilizar o acesso a uma educação de qualidade para todos, está acessível a todos os alunos, independentemente do seu estatuto cultural, sócio-económico ou da região em que vivem. Este aspecto fundamenta a importância que as preocupações com a garantia da qualidade deste recurso assumem.

As funções do manual escolar desenvolvem-se a vários níveis, destacando-se as funções relativas ao aluno, orientadas para as aprendizagens escolares, como são o caso da transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e competências e consolidação das aquisições e aprendizagens. Podemos ainda destacar as funções de ligação das aprendizagens à vida quotidiana e profissional, articulando os interesses da escola com os do futuro cidadão, em que se podem enquadrar as funções de avaliação das aquisições, de ajuda na integração das aquisições e de avaliação social e cultural (Santo, 2006, p. 107). O papel deste recurso é enfatizado ao nível da sua acção pedagógica, quanto ao papel informativo, ao papel de estruturação e organização da aprendizagem e quanto ao papel de guia da aprendizagem.

Como sublinhou Castro (1999) “os manuais escolares são objectos particularmente complexos, característica para que contribuem decisivamente a rede de relações intertextuais em que estão posicionados, a natureza plural dos seus destinatários, a multiplicidade de objectivos que a sua utilização persegue, o tipo de

condicionalismos que marcam a sua produção e difusão” (p. 189). A actualização dos manuais escolares, por força das consequências da globalização, implicou novas funções para esta ferramenta pedagógica. Através do manual escolar tenta-se fomentar a autonomia pedagógica do aluno, incentivando o ‘aprender a aprender’ ao longo da vida.

A par da complexificação da sociedade, também se verificou uma progressiva complexificação do manual escolar, o que, de certo modo está associado às tentativas de inovação ou de renovação pedagógica e à “progressiva generalização de uma escola de massas, com as correspondentes dificuldades ao nível do recrutamento dos professores” (Castro, 1999, p.191).

Definido como instrumento de trabalho (Decreto-Lei n.º 57/87, de 31 de Janeiro; Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de Setembro), é também caracterizado em diferentes definições pela sua estruturação e por apresentar progressiva e sistematicamente os objectivos e os conteúdos dos programas em vigor, ou seja, constitui-se como a essência dos conhecimentos sobre um domínio específico (Choppin, 1992). O manual pode ainda apresentar elementos para o desenvolvimento de actividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efectuada.

Verifica-se assim que o manual escolar é frequentemente reconhecido como de grande importância e apresentado como o instrumento mais utilizado pelos professores (influenciando-os no modo como organizam o programa e servindo como fonte de informação para a preparação de aulas), pelos alunos e pelos pais (Carvalho & Fadigas, 2009).

Não podem, ainda, ser descuradas as relações que os manuais escolares estabelecem com outros recursos, como é o caso da televisão e das novas tecnologias. No que se refere à televisão, parece-nos que, como afirma Tedesco (2000), “mais do que uma estratégia reactiva, precisa-se de uma estratégia pró-activa destinada a reforçar as acções comunicativas através, por um lado, da leitura e da escrita e, por outro, da ‘convivialidade’ para criar um núcleo básico que permita integrar a socialização pela imagem, de forma equilibrada, com as outras formas de socialização” (p. 80).

Simultaneamente, tem havido uma descentralização de parte da responsabilidade relativa à avaliação dos manuais escolares com vista a garantir a sua qualidade. Apesar desta problemática ter sido objecto de análise e reflexão de diversos intervenientes (políticos, educadores, investigadores, pais, *etc.*) e em relação a diversas dimensões (administrativa e técnica, científico-pedagógica, económica e social), continua a ser actual e ainda não está completamente solucionada. A questão da avaliação e

certificação é um desses aspectos, considerando o facto de, em Portugal, nos encontrarmos a implementar um sistema de certificação prévia que é utilizado pela primeira vez e que não encontra paralelo no que é feito noutros países.

A última fase do alargamento da responsabilidade sobre a produção dos manuais escolares consistiu na acreditação de entidades avaliadoras e certificadoras que garantam a realização de um trabalho que visa assegurar a qualidade científica e pedagógica desses recursos, a conformidade com o currículo nacional e com os programas ou orientações curriculares em vigor e ainda que constituem um instrumento adequado de apoio ao ensino e aprendizagem, bem como à promoção do sucesso educativo.

Por esta razão, impõe-se a necessidade de fazer uma apreciação acerca das virtualidades deste regime, apesar de não haver muitos elementos disponíveis que possam ser mobilizados para a análise. Contudo, importa registar os diferentes dados que vão sendo equacionados para preparar a avaliação fundamentada do sistema implementado. Consideramos extremamente importante continuar uma reflexão séria, envolvendo vários intervenientes (autores, editores, investigadores, professores, alunos, pais e entidades avaliadoras e certificadoras), de modo a desenvolver massa crítica relativamente aos diversos aspectos da produção dos manuais escolares num sentido tão amplo quanto possível.

Através desta comunicação, pretendemos contribuir para a compreensão do papel da avaliação e certificação de manuais escolares para a excelência. Partimos da análise da realidade portuguesa da primeira década do século XXI, complementada com alguns elementos, relativos aos finais do século XX, da realidade de outros países em que já foram implementados sistemas com objectivos equivalentes, centrando a nossa atenção nos dados relativos à primeira fase da actividade de uma entidade avaliadora e certificadora portuguesa. Com base na análise e interpretação desses dados, vamos fazer um primeiro balanço dessa actividade.

Vamos, assim, passar a apresentar alguns aspectos relativos à actividade desenvolvida em quatro regiões com alguma tradição de certificação de manuais escolares: Espanha, Quebec, Eslováquia e o estado da Carolina do Norte (EUA). Da diferente evolução dos sistemas que vigoraram, pretendemos recolher elementos que ajudem a reflectir sobre os pontos positivos e negativos do sistema que vigora em Portugal e sobre a sua importância para a melhoria da qualidade dos manuais e do sistema educativo.

## **2 - Desenvolvimento**

Como dissemos, o manual escolar tem um papel essencial e incontornável enquanto recurso nos sistemas educativos. Mesmo com as potencialidades que a Sociedade da Informação e do Conhecimento oferece ao nível do acesso a uma diversidade de recursos, a importância do manual escolar, enquanto ferramenta centralizadora e condutora dos processos de ensino-aprendizagem, é amplamente reconhecida pelos vários actores do contexto educativo.

Neste sentido, compreende-se a necessidade de cada sistema educativo procurar definir e regular o processo de concepção, desenvolvimento, avaliação e adopção de manuais escolares, sobretudo para os níveis de ensino que correspondem à escolaridade obrigatória. No entanto, as políticas adoptadas diferem muito de país para país. Um estudo promovido pelo Observatório de Recursos Educativos (Carvalho & Fadigas, 2007) demonstra que, num universo de nove países do espaço europeu, apenas Portugal apresenta um sistema de certificação prévia de manuais escolares. A Noruega e a Espanha suspenderam os processos de certificação nas décadas de 90 e 80 do século passado, respectivamente, e outros países, como o Reino Unido ou a França, nunca desenvolveram sistemas de certificação.

O Quebec é, a par de Portugal, uma das poucas excepções no que diz respeito à avaliação e certificação dos manuais escolares sob a responsabilidade ministerial. A implementação do processo de avaliação dos manuais escolares no Quebec foi iniciada nos anos oitenta e ainda hoje se mantém em vigor (Lebrun, Lenoir & Desjardins, 2004). Segundo estes autores, o processo compreende dois tipos de avaliação: uma designada de pedagógica e outra de extra-pedagógica. A primeira é realizada por docentes e conselheiros pedagógicos. A segunda, que diz respeito aos estereótipos, é da responsabilidade de um gabinete do Ministério da Educação.

Até 2001, as duas avaliações basearam-se num conjunto de critérios e grelhas aprovadas e publicadas pelo referido ministério. A partir dessa data foram publicados novos critérios constantes de um documento intitulado “*Évaluation des aspects pédagogiques du matériel didactique*” do Ministério da Educação do Quebec (2001). Estes critérios pedagógicos são em número de cinco: os processos de aprendizagem, a conformidade com o programa, a avaliação das aprendizagens, a conformidade dos conteúdos e os facilitadores pedagógicos.

A publicação de novos critérios, em 2001, deveu-se essencialmente a uma preocupação de actualização no sentido de perspectivar a acção pedagógica e os

recursos educativos no âmbito do construtivismo. A grande dificuldade reside no facto dos critérios pedagógicos poderem efectivamente avaliar os manuais escolares sob a perspectiva construtivista.

Do estudo comparativo, realizado por Lebrun, Lenoir e Desjardins (2004), entre os critérios utilizados no Quebec, até 2001, e os que passaram a vigorar posteriormente, conclui-se que há poucas alterações. Segundo os autores do estudo, algumas alterações são apenas aparentes e os novos critérios de avaliação dos manuais mantêm ainda a lógica da transmissão em detrimento da construção.

Nos Estados Unidos da América, existem alguns estados que têm um sistema de avaliação e acreditação de manuais escolares. Por exemplo, no estado da Carolina do Norte, a selecção de manuais e outros recursos educativos é coordenada pelo *Department of public Instruction - Public schools of North Carolina* que supervisiona uma comissão constituída por professores dos vários níveis de ensino e por representantes dos pais. Todos os anos os editores são convidados a submeter manuais para avaliação, de acordo com os critérios definidos. Os manuais são avaliados por especialistas recomendados pela comissão de avaliação. Todo o processo enfatiza a adequação dos manuais aos currícula e a articulação com os alunos e com os professores, ou seja, com os seus utilizadores finais.

O reconhecimento da importância da avaliação de recursos educativos tem sustentado o desenvolvimento de projectos neste domínio, numa relação mais ou menos estreita com os departamentos governamentais responsáveis pela política educativa de cada país. É o caso do projecto de longa duração desenvolvido na Eslováquia que tinha como principal objectivo propor uma nova política para promover níveis de maior qualidade e eficiência nos manuais escolares (Nogova e Huttova, 2005). O projecto foi muito participado pelos vários actores: entidades governamentais, editores, especialistas e alunos. Foi proposto um conjunto de acções que apontavam, também, para a criação de uma comissão para a aprovação de manuais escolares. Numa segunda fase, o projecto trabalhou um conjunto de critérios de avaliação no sentido de definir um sistema de avaliação, que começou a ser utilizado a partir do ano de 2006. Tendo como referência as necessidades sociais, os objectivos educacionais e a actualidade das teorias de aprendizagem subjacentes, desenvolveu-se um sistema de seis categorias-chave que orientam o processo de avaliação dos manuais escolares: conformidade com as orientações pedagógicas; desenvolvimento pessoal; selecção de conteúdo; correcção social; abordagem metodológica; e aspecto visual.

Por sua vez, o projecto 2061, desenvolvido pela *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), começou a ser desenvolvido em 1985 com o objectivo de melhorar a literacia em ciência, matemática e tecnologia dos americanos. *Benchmarks for Science Literacy* (AAAS, 1993), fruto do trabalho de colaboração entre professores, consultores das universidades e cientistas, define um quadro de referência sobre os conhecimentos e competências que as crianças, no ensino básico, devem desenvolver no domínio das ciências. Integrada neste projecto, desenvolveu-se uma avaliação de manuais escolares de ciências com o objectivo de determinar em que medida os manuais escolares ajudam os alunos na aprendizagem de ideias científicas importantes.

A abordagem deste projecto examina os recursos educativos, valorizando a forma como podem ajudar o progresso dos alunos. Em vez de centrar a análise em tópicos e conteúdos, este projecto enfatiza a importância de analisar o modo como o manual apresenta as ideias-chave e como sugere as melhores estratégias para a aprendizagem dos alunos. Os critérios de avaliação são definidos de acordo com a investigação mais recente e incluem categorias como considerar as ideias dos alunos ou envolver o aluno em fenómenos relevantes e significativos.

Em Espanha, a avaliação dos manuais escolares sofreu várias alterações resultantes da situação política do país. A inclusão dos manuais autorizados nas listas publicadas pelo ministério governamental responsável teve por base, muitas vezes, critérios mais políticos que científicos e pedagógicos. Segundo Puelles Benítez e Tiana Ferrer (1998), entre 1813 e 1868, vigoraram os três modelos mais frequentes de avaliação e escolha dos manuais escolares, a saber: o manual único decidido pelo poder político; a liberdade total de escolha pelo docente; e, finalmente, a liberdade de escolha do docente, mas apenas a partir da lista dos manuais aprovados pelo ministério. Entre 1868 e 1939, começou por ser dada a liberdade de escolha aos docentes, mas essa liberdade foi restringida, passando a escolha, a partir de 1874, a ser realizada dentro da lista divulgada pelos serviços ministeriais. Em 1923, foi de novo instaurado o manual único, imposto pelo poder político, mas, em 1931, com a implementação da II.<sup>a</sup> República, regressou o sistema de listas. Durante o período Franquista, de 1939 a 1975, predominou o sistema de listas de manuais submetidos a um controlo de censura ideológica, de acordo com Puelles Benítez e Tiana Ferrer (1998). A partir de 1978, embora continuasse o sistema de listas, estas já não eram aprovadas só pelos serviços centrais do ministério nacional mas, devido à descentralização prevista na constituição

de 1978, também pelas instâncias dos governos regionais. Com a publicação do Real Decreto 1744/1998, de 31 Julho, foi suprimida a supervisão prévia dos manuais escolares e as listas dos manuais aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura, havendo assim a liberdade de escolha pelos docentes em todo o território da responsabilidade do referido ministério. No entanto, está prevista uma supervisão do ministério, a posteriori, apenas com o intuito de detectar irregularidades que levem a uma declaração de falta de idoneidade do manual.

Em Portugal, ao longo dos últimos vinte anos, foram sendo definidas diversas linhas estruturadoras de uma política de manuais escolares, tendo culminado no estabelecimento de cinco princípios: os manuais devem ser objecto de avaliação regular; cabe aos órgãos competentes das escolas e aos docentes seleccionar os manuais escolares; clarificação de preços e definição de instrumentos de apoio para reduzir os custos suportados pelas famílias; articulação dos manuais escolares com outros recursos didácticos, designadamente em suporte electrónico; e a necessidade de os manuais escolares constituírem instrumentos de formação e auto-formação dos docentes.

Assim, com a publicação do Decreto-Lei n.º 108/86, de 21 de Maio, e posteriormente com o Decreto-lei n.º 57/87, de 31 de Janeiro, foi desenvolvido um sistema para fazer a apreciação de todos os manuais escolares, criando para o efeito comissões de apreciação para cada disciplina e nível dos ensinos básico e secundário.

Em 1990, a publicação do Decreto-Lei n.º 369/90 apresenta como objectivo “assegurar a qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares a adoptar (...) através de um sistema de apreciação e controlo”.

Com a publicação da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, foi definido um regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, sendo especificadas as normas a que deve obedecer a acreditação de entidades avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, assim como o procedimento de avaliação e certificação por elas realizado. No Despacho n.º 29864/2007, de 30 de Novembro, (Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, n.º 249, de 27 de Dezembro) é também apresentado um anexo com a especificação dos critérios de avaliação para certificação.

Foi assim instituído um regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares que passou a aplicar-se a partir das adopções para o ano lectivo de 2008/2009.



Os manuais escolares são objecto de uma certificação prévia, efectuada por entidades acreditadas, que para o efeito constituem equipas científico-pedagógicas com docentes e investigadores do ensino superior das áreas científica e pedagógica, bem como docentes em exercício do mesmo nível de ensino, no caso do 1.º ciclo do ensino básico, ou do mesmo grupo disciplinar a que se refere o manual em avaliação, no caso do 2.º ciclo do ensino básico ou do ensino secundário.

Para avaliar e certificar manuais escolares, podem ser acreditadas as entidades que cumpram os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, e no Despacho n.º 29864/2007, de 30 de Novembro, a saber: “exerçam o essencial da sua actividade nas áreas científica e pedagógica”; “disponham de currículo científico e pedagógico relevante”; “disponham de, ou constituam especialmente para o efeito, equipas científico-pedagógicas qualificadas (...)”; “não sejam, as entidades e os seus peritos, autores de manuais escolares nem detenham interesses em empresas editoras ou outras ligadas à produção de manuais escolares ou de outros recursos didáctico-pedagógicos”; e “estejam regularmente constituídas nos termos da lei”.

Espera-se que as entidades acreditadas para fazer a avaliação e certificação de manuais escolares colaborem com as instituições que se dedicam à edição de livros escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos, garantindo a qualidade científica e pedagógica dos projectos a propor para adopção, de modo a assegurar que aqueles constituam um instrumento de apoio adequado ao processo de ensino e aprendizagem, bem como à promoção do sucesso educativo. Esta colaboração pode ser operacionalizada através da análise de aspectos técnicos, científicos, pedagógicos e didácticos dos projectos de manuais escolares por peritos das instituições certificadoras e avaliadoras.

O processo de avaliação e certificação de manuais escolares, em Portugal, de acordo com o art.º 2.º da Lei n.º 47/2006, assenta em quatro princípios orientadores: “Liberdade e autonomia científica e pedagógica na concepção e na elaboração dos manuais escolares; “Liberdade e autonomia dos agentes educativos, mormente os docentes, na escolha e na utilização dos manuais escolares no contexto do projecto educativo da escola ou do agrupamento de escolas”; “Liberdade de mercado e de concorrência na produção, edição e distribuição de manuais escolares e sua conformidade com os objectivos e conteúdos do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares”; e “Equidade e igualdade de oportunidades no acesso aos recursos didáctico-pedagógicos”.

Assim, autores, editores e outras instituições legalmente habilitadas para o efeito podem candidatar projectos de manuais escolares à avaliação para a atribuição de certificação, desde que esses projectos tenham sido desenvolvidos para o ciclo de ensino a que se destinam, garantam características materiais consideradas adequadas e em conformidade com os padrões estabelecidos e consigam uma apreciação favorável relativamente a um conjunto de critérios que são objecto de análise por parte das entidades avaliadoras e certificadoras: rigor científico, linguístico e conceptual; adequação ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo Nacional; conformidade com os programas ou orientações curriculares; qualidade pedagógica e didáctica; valores (não fazer publicidade, não fazer ou induzir discriminações, não constituir veículo de propaganda ideológica, política ou religiosa); e possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto.

A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu (ESEV) foi acreditada como Entidade para a Avaliação e Certificação de Manuais Escolares do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico (com excepção de Ciências da Natureza), no âmbito e nos termos da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho e do Despacho n.º 29 864/2007, de 30 de Novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Dezembro.

Em 2009, a ESEV analisou catorze (14) manuais escolares (três de Estudo do Meio – 1.º ano; dez de Língua Estrangeira I – Inglês – 5.º ano; e um de Matemática – 5.º ano), o que correspondeu a 26,4% do total dos manuais submetidos, a nível nacional, para avaliação e certificação.

Na sua intervenção, a ESEV integrou a experiência dos elementos das equipas científico-pedagógicas que já tinham participado em comissões que procederam, anteriormente, à avaliação de manuais escolares e articulou, com o envolvimento directo da Presidência, o trabalho desenvolvido pelas diferentes equipas científico-pedagógicas. Por outro lado, esteve sempre disponível para mediar todos os contactos entre as equipas avaliadoras, as editoras, os autores e a DGIDC do Ministério da Educação, facilitando a resolução imediata de todas as questões problemáticas que foram surgindo.

### **3 - Conclusões**

Apesar dos manuais escolares não serem a única ferramenta de trabalho que é utilizada na escola, constata-se que é a eles que cabe o principal papel, estabelecendo a ligação entre a escola e o meio envolvente.

Como foi exposto na secção anterior desta comunicação, a opção pela certificação prévia dos manuais não é pacífica, é pouco frequente nos países cultural e geograficamente próximos de Portugal, mas pode trazer benefícios para toda a sociedade.

Estudos com diferentes dimensões e finalidades apontam para potenciais benefícios se este sistema for devidamente implantado e se houver articulação entre os diferentes actores: autores dos manuais, editores, entidades certificadoras, professores, encarregados de educação e alunos.

Castro (1999, p. 195), a partir de um “estudo de caso”, conclui que há grandes riscos de “certos tipos de representação dos professores, do seu conhecimento profissional e dos modos de construção desse conhecimento” conduzirem, com base numa concepção de um elevado grau de desprofissionalização dos professores, à produção de manuais escolares em que é alienada uma parte significativa das decisões profissionais especializadas dos professores. Perante este risco, o autor considera ficar demonstrada a necessidade de submeter textos desta natureza a escrutínio sistemático.

Outro estudo (Santo, 2006) mantém a hipótese, embora não confirmada nas conclusões, da avaliação dos manuais escolares poder ser “um contributo valioso para o aprofundar do conhecimento científico, através do livro escolar, quer para os professores quer para os autores de manuais” (p. 111).

Apesar do reduzido número de estudos sobre as melhorias da qualidade do recurso educativo resultante da instituição de um sistema de certificação de manuais escolares, é nosso entendimento que há vantagens em reflectir sobre o que se tem passado em Portugal, assinalando alguns aspectos que merecem ser bem ponderados. Nada aponta para que o sistema de avaliação de manuais existente em Portugal, apesar de não ser muito frequente, não seja vantajoso para aqueles que devem ser os primeiros destinatários de qualquer política educativa - os alunos.

Pelo contrário, parece-nos que há vantagens que decorrem da interacção de diferentes actores (autores de manuais escolares; editores; Ministério; investigadores; instituições ligadas quer ao ensino no âmbito da formação inicial e contínua de professores, quer à investigação; professores do nível de ensino e da área científica para os quais se destinam os manuais escolares), com diferentes papéis na concepção, produção, avaliação e utilização deste recurso educativo e cuja actividade principal se desenvolve no campo científico-pedagógico. Contudo, seria ainda mais interessante promover ciclos de avaliação alargados, com a participação de todos os actores, que não

acabassem com a entrada do manual no mercado, mas antes prosseguissem com o seu acompanhamento em contextos de utilização, permitindo que os resultados dessa mesma avaliação sustentassem o início de novo ciclo de produção.

Neste sentido, é importante que as entidades avaliadoras e certificadoras tenham a capacidade de imprimir uma dinâmica de actuação em que haja um diálogo construtivo e proveitoso para todos os intervenientes, possibilitando uma aprendizagem que a todos é vantajosa.

Ainda relacionado com o que anteriormente foi referido, merece particular referência a integração obrigatória nas equipas científico-pedagógicas dos professores que vão trabalhar com os manuais, considerando o lugar de destaque concedido aos manuais escolares como organizadores das aprendizagens e do trabalho desenvolvido na sala de aula. Promove-se, desta forma, um aprofundamento do conhecimento científico, quer para os professores, quer para os autores dos manuais.

Uma outra vantagem é, claramente, a maior garantia da qualidade dos recursos educativos ao nível pedagógico e científico, o que é importante para o sistema e, principalmente, para os alunos.

Apesar de reconhecermos aspectos positivos a este sistema, há aspectos que devem ser cuidadosamente repensados. Em primeiro lugar, verifica-se, de forma injustificada, alguma redundância em relação a certos procedimentos, como é o caso da dupla análise relativamente aos aspectos linguísticos e científicos. Uma das condições a garantir na candidatura à certificação de um manual é serem “acompanhados da atestação de revisão linguística e científica”. Por sua vez, cabe às entidades avaliadoras e certificadoras, avaliar o rigor científico, linguístico e conceptual. Os manuais têm que, relativamente ao rigor científico, “transmitir a informação correcta e actualizada correspondendo ao saber consolidado, em particular na área curricular ou na disciplina”; e “transmitir a informação sem erros, confusões ou situações que induzam a erros e confusões”. No que se refere ao rigor linguístico, têm que “usar correctamente a Língua portuguesa (sem erros ou incorrecções de carácter sintáctico ou morfológico e obedecendo às regras consolidadas de funcionamento da Língua)”; “usar o vocabulário apropriado e uma linguagem adequada e inteligível”; e “construir um discurso articulado e coerente, obedecendo aos princípios da lógica”. Finalmente, no que se refere ao rigor conceptual, os manuais escolares não podem “empregar terminologias erradas ou que não sejam de uso corrente das disciplinas e áreas curriculares

específicas; e não podem “usar conceitos incorrectos, imprecisos e em contexto inadequado, no quadro da respectiva disciplina e área curricular”.

Um outro aspecto bastante problemático diz respeito à necessidade de garantir a “possibilidade de reutilização e adequação ao período de vigência previsto”. Os manuais não podem “incluir espaços livres para a realização de actividades e de exercícios, com excepção dos manuais escolares destinados aos 1.º e 2.º anos de escolaridade e os manuais escolares de Língua Estrangeira”.

A reutilização, com origem numa fundamentação economicista e política, como se depreende da referência apresentada no Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009), ao dizer que “o Governo lançará um sistema de avaliação e certificação de manuais escolares, no sentido de garantir novas formas de utilização dos manuais que sejam mais racionais e menos dispendiosas para as famílias”, não partilha o mérito que podemos reconhecer à maioria dos aspectos associados ao processo de avaliação e certificação de manuais.

Em primeiro lugar, concordamos com a afirmação de que “qualquer modalidade de reutilização de manuais escolares generalizada, a não ser devidamente ponderada, acarreta riscos de ser interpretada como sendo socialmente discriminatória” (Relatório do Grupo de Trabalho sobre Manuais Escolares, 2005, p.11). Quem recebe um manual usado não tem um tratamento igual a quem o recebe novo, o que se revela potencialmente muito negativo.

Por outro lado, é limitada a utilização pessoal do recurso. A possibilidade do aluno assinalar de diferentes modos e com diferentes finalidades, em conformidade com as suas características individuais, os aspectos mais significativos, de modo a facilitar a consulta posterior do manual para consolidar as aprendizagens, não é garantida de igual forma quando o manual é reutilizado.

Põe-se ainda em causa a utilização do manual como instrumento de consulta e fonte de informação para além do domínio académico e para além do ano de escolaridade para o qual é indicado como recurso obrigatório.

Por fim, o prazo para a realização da análise dos manuais e para a elaboração dos relatórios, por parte das equipas científico-pedagógicas, é muito reduzido, considerando o facto de não haver limites relativamente ao número de projectos que podem ser entregues a cada entidade avaliadora e certificadora.

Concluindo, podemos dizer que, em termos globais, o sistema que se encontra em vigor em Portugal, apesar de relativamente isolado no quadro dos países desenvolvidos,

apresenta potencialidades bastante significativas para garantir a melhoria da qualidade, procurando a excelência. Parece-nos, no entanto que há alguns aspectos que podem ser melhorados, mantendo, no essencial, o sistema em vigor.

Em primeiro lugar é importante alargar a articulação entre autores, editores, entidades certificadoras, escolas e professores de modo a fazer um acompanhamento da utilização dos manuais, na continuidade do trabalho desenvolvido em parceria aquando da certificação do manual. Cada um pode desempenhar o seu papel, fazendo bem aquilo em que é competente e procurando, em diálogo com os outros intervenientes, encontrar pontos de convergência, com vista à excelência no processo de ensino e aprendizagem. Isto implica desenvolver investigação sobre a utilização concreta dos manuais que foram objecto de certificação.

Considera-se também que é necessário desenvolver investigação acerca da adequação da validade dos manuais ao prazo de vigência legalmente determinado, tendo em conta os critérios científicos, económicos, políticos e sociais, mas também as características da sociedade actual: rápida mudança e incerteza.

### **Referências Bibliográficas**

American Association for the Advancement of Science. (1993). *Benchmarks for Science Literacy*. New York: Oxford University Press.

Bruillard, E. (2005). Les manuels scolaires questionnés par la recherche. In Éric Bruillard (dir.), *Manuels scolaires, regards croisés*. CRDP de Basse-Normandie, Documents, actes et rapports sur l'éducation, pp. 13-36. Caen - France.

Carvalho, A. D., & Fadigas, N. (2007). *O manual escolar no século XXI. Estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus*. Porto: Observatório dos Recursos Educativos.

Carvalho, A. D., & Fadigas, N. (2009). *Os manuais escolares na relação escola-família*. Porto: Observatório dos Recursos Educativos.

Castro, R. V. (1999). Já agora, não se pode exterminá-los? Sobre a representação dos professores em manuais escolares de Português. In R. V. Castro, A. Rodrigues, J. L. Silva, & M. L. D. Sousa (Eds.), *Manuais escolares: estatuto, funções, história (I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares)* (pp. 189-196). Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Choppin, A. (1992). *Les manuels scolaires. Histoire et actualité*. Paris: Hachette.

Choppin, A. (2002). L'histoire du livre et de l'édition scolaires. *Paedagogica Historica*, 38: 1, 20-49.

El Real Decreto 1744/1998, de 31 de julio (BOE 4.9.98).

Lebrun, J., Lenoir, Y., & Desjardins, J. (2004). Le manuel scolaire "réformé" ou le danger de l'illusion du changement: analyse de l'évolution des critères d'évaluation des manuels scolaires de l'enseignement primaire entre 1979 et 2001. *Revue des sciences de l'éducation*, vol. 30, n° 3, 2004, 509-533.

Ministère de l'Éducation du Québec (2001). *Évaluation des aspects pédagogiques du matériel didactique. Enseignement primaire*. Québec: Gouvernement du Québec.

Moreira, D., Ponte, J. P., Pires, M. V., & Teixeira, P. (s.d). *Manuais escolares: um ponto da situação*.

Neves, A. L., Varela, A. P., Pereira, J. S., Baptista, J. M. F., & Alves, V. M. C. (2005). *Relatório do grupo de trabalho manuais escolares*.

Nogova, M., & Huttova, J. (2005). Process of Development and Testing of Textbook Evaluation Criteria in Slovakia. *Eight International Conference on Learning and Educational Media- Caught in the Web or Lost in the Textbook*. (pp. 333-340). Caen - France.

Puelles Benítez, M., & Tiana Ferrer, A. (1998). Les manuels scolaires dans l'Espagne contemporaine. *Histoire de l'éducation – n° 78, mai 1998*, 109-132.

*Relatório preliminar do grupo de trabalho sobre manuais escolares*, in <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/08B36CD3-A57E-44C5-B343-AEA18D47946C/0/RelatoriomanuaisEscolares.pdf>, 07.07.07.

Santo, E. M. (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores. *Revista Lusófona de Educação*, 8, 103-115.

Tedesco, J. C. (2000). *O novo pacto educativo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

*Textbook Adoption Process - Department of Public Instruction - Public Schools of North Carolina*, in <http://www.ncpublicschools.org/textbook/process/> (Consultado em 28-07-2010).